

Investigação das condições de inteligibilidade da experiência a partir da tríade sensar–sentir–pensar e das relações entre determinação, manifestação e mediação.

"O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a pensar,
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê
Nem ver quando se pensa."

Fernando Pessoa (Alberto Caeiro)
O Guardador de Rebanhos, Poema XXIV, c.~1914.

Ao procurar compreender mais profundamente as experiências que se vivem, é inevitável que se confronte com o que se pensa ser e eventualmente se recorra a alguma filosofia em busca de sentido. Com isso, logo se impõe a realidade dos próprios pensamentos e a dúvida inquietante: será mesmo possível conhecer a verdade, ou tudo não passa de um faz de conta no qual os pensamentos disfarçam necessidades mais ocultas? É tudo um jogo de metáforas e metonímias, como sugeriu Nietzsche? Ou algo verdadeiro se revela através da percepção, mas se oculta por trás das palavras quando se tenta fazer sentido?

Para a maioria das pessoas, é natural supor que as ideias dizem algo verdadeiro sobre o mundo. Na infância, tende-se a acreditar que tudo é fixo e definido, como se as coisas fossem regidas por uma moral definitiva. Uma criança que escuta todos os dias a mesma recomendação logo percebe quando o hábito é quebrado e, muitas

vezes, corrige o adulto com firmeza. Com o tempo, tornam-se evidentes os variados motivos das ações e o fato de serem eles — não apenas o hábito — que determinam o comportamento. É aí que surgem os intermináveis *por quês*.

Curiosamente, na vida adulta, nem sempre é possível responder a esses mesmos *por quês*. Muitas ações não encontram justificativa — seja em bases formais ou experienciais — e a verdade parece não ser única e estar aberta a especulações. Basta considerar quantas "verdades" foram deixadas para trás desde a infância e quantas ainda serão abandonadas até a velhice. Há crenças vendidas como verdades e verdades que circulam como se fossem apenas crenças. Na prática, uma coisa frequentemente se confunde com a outra: basta que uma opinião seja investida de convicção, amparada por alguma justificação ou imposta por coerção — quando não pelas três — para ser tratada como verdade.

A problemática central da determinação de verdades delineia-se na relação entre a realidade dos sentidos e a dos pensamentos, sendo que a percepção constitui a ponte entre ambos. Ela é o modo originário de doação do mundo onde as coisas comparecem como algo, sob determinado perfil, em horizonte aberto de possíveis variações. A associação entre ato perceptivo e conteúdo percebido implica organização, diferenciação e síntese segundo um princípio de inteligibilidade: a conversão da experiência imediata — afetiva, intuitiva ou prática — em representação conceitual, abstrata e discursiva, pela qual ela se torna objeto de análise e compreensão intelectual.

O conhecimento dessas associações não é tão simples de definir quanto costuma parecer no aprendizado escolar quando se aprende a acumular e recuperar informações da memória; depende do modo como se percebe e do exercício da liberdade de pensar e se expressar. No fim das contas, importa menos o que se sabe do que como se sabe — pois é esse como que determina se o saber se encontra investido de fé cega ou orientado pela verdade.

Conhecimento, crenças e verdades inscrevem-se como formas históricas de manifestação de sentido. É difícil unanimizar verdades sobre o passado, o presente ou mesmo a semana seguinte, como se pretendesse atingir um conceito último como meta diante do qual a produção de sentido deixasse de suscitar novos *por quês* e se desprendesse de sua criatividade inerente às opiniões alheias.

No templo de Apolo em Delfos na Antiguidade grega, onde se encontrava inscrita a máxima "Conhece-te a ti mesmo", é dito que os oráculos da sacerdotisa Pítia eram pronunciados em nome dos deuses. A máxima costuma ser compreendida como um mandamento dirigido ao homem, mas admite leituras diversas: poderia mesmo ser, por exemplo, a constatação do lugar que lhe é atribuído enquanto nomeação.

Nesse espaço sagrado, no qual os deuses se manifestam por meio dos oráculos, o homem se vê confrontado com o conhecimento de si.

Por trás do viés dado ao que passou, situam-se os motivos, as vontades e as necessidades, e o conhecimento frequentemente assume uma aparência que encobre tais conteúdos ainda desconhecidos. Nela opera uma criatividade que interpreta e se consolida historicamente na cultura e pessoalmente nos indivíduos, deixa seus conteúdos em livros, doutrinas e formas de transmissão, alcança o presente e se projeta nas possibilidades já implicadas no horizonte atual.

De qualquer forma, o ponto de partida de quem deseja conhecer é sempre o fenômeno imediato oferecido à consciência. Busca-se apreender o conteúdo desse agora, mesmo quando seu objeto pertence ao passado distante ou a um momento que acabou de se esvair. O vivido antecede a ideia e, portanto, o ato de saber não pode iniciar-se em neutralidade. Pode-se tentar desvelar o conteúdo ocultado desconhecido ou partir de uma concepção prévia do que seria oculto e então formular hipóteses para provar ou recusar sua existência. A avaliação da verdade ainda assim depende da crença inicial na assunção de que o fato e o entendimento do fato permaneçam implicados excedendo a própria ideia que os originou.

Tanto pintar sobre uma tela já marcada quanto esculpir um pedaço de madeira bruta condicionam e limitam o conteúdo oferecido à formação do conhecimento. Por adição, novas camadas interpretativas recobrem uma base, reforçando seus traços. Por subtração, retiram-se as camadas impostas como evidências, para que aquilo que já se encontra implicado emerja com maior nitidez.

Falar de saber é tomar implicitamente um ponto de referência a partir do qual as impressões são acolhidas e organizadas conscientemente. Esse **eu**, que não se confunde aqui com personalidade, nome ou história de vida, é a instância que experiencia e a referência à qual se imputam qualidades da experiência. Mesmo que se possa atribuir uma forma vazia ou abstrata a essa referência, ela ocupa a posição imanente a partir da qual esta atribuição pode ocorrer.

A negação do *eu* como premissa introduz uma tensão inicial, pois a própria noção de falsificação depende da base que sustenta o julgamento. Para que essa ciclicidade não comprometa a progressão da investigação, a estratégia típica é deslocar a base para outro domínio da experiência ou pretender ignorá-la. A ciclicidade, que à primeira vista parece ser um problema a ser sanado, não pode ser evitada e já se encontra instituída pelo sujeito implicado naquilo que pretende investigar. A problemática recai, portanto, justamente na negação do *eu*, pois toda a investigação é fundada na afirmação de seu ser.

Em referência ao *eu*, horizontes do fenômeno tendem a ser separados conceitual-

mente como se fossem domínios absolutamente distintos: de um lado, a consciência, os sentimentos, o pensamento e os processos ditos de interiorização; de outro, o mundo sensível e objetivo, compreendido como exteriorização. A percepção assumiria a função mediadora situada na borda entre esses dois domínios, cujo limite depende da determinação do que está dentro ou fora dos domínios que ele separa. Essa segunda tensão, também cíclica, pode ser atenuada quando se reconhece que a experiência emerge de modos distintos em um mesmo campo da consciência. Nem a experiência se apresenta como dado bruto, alheio às variações sensoriais, nem a consciência deste conteúdo se apresenta uniformemente distribuída. Não há um dentro nem um fora a não ser por uma referência que os defina de tal forma, um em relação ao outro e em relação a si.

Qualquer conteúdo da percepção, assim como os pensamentos, pode ser submetido ao exame da verdade ou da crença. O exame é necessariamente retroativo, pois não há validação antes de algo ter sido vivido como conteúdo a ser sabido. Pode-se, portanto, falsificar o conhecimento enquanto efetivação *daquilo que se sabe*; não se pode, porém, falsificar o saber como possibilidade sem já ocupar a posição de quem sabe o que pretende submeter à falsificação. O saber, portanto, tem por base a crença de que se sabe; como essa base não pode ser suprimida em definitivo, ela torna-se verdade assumida, e mais vezes que não, verdade dada. Crença e verdade não acontecem no mesmo regime de legibilidade, pois a verdade torna-se a ocorrência da crença, cujo conteúdo pode ser submetido a um julgamento de crença ou de verdade de ordem derivada. Mesmo quando o saber é qualificado como ilusório, metafórico ou alegórico, esse juízo deve implicitamente reivindicar para si um estatuto não ilusório; tal ilusão ocupa posição de verdade e seu conteúdo sabido pode então ser julgado ilusório como conteúdo de sua ocorrência.

Essa arbitragem entre ocorrência e conteúdo, ou entre a ocorrência e a ordem da qual a ocorrência participa, exerce-se por modulação em um campo já estruturado, suscetível de determinação por inflexões contingentes, e permanece submetida à consequencialidade imposta pelas próprias necessidades do campo. A tensão assimétrica entre as tendências à variância da contingência e à invariância da necessidade mantém uma dinâmica de polaridades como princípio criativo na determinação do julgamento de verdade do conteúdo.

Daí surge uma questão pertinente para este texto: como derivar uma estrutura de inteligibilidade a partir da experiência sem que conhecimentos já consolidados determinem o horizonte que se pretende abrir? Anular o vivido que passou é inviabilizar o inquérito, e o melhor que se pode fazer é reduzir a carga conceitual assumida como necessária sem esvaziá-la por completo. Por isso, recorre-se a uma tríade tradicionalmente descrita como *sensar–sentir–pensar*, que historicamente confere cla-

reza à análise do fenômeno da percepção, do estatuto do *eu* e de sua participação no processo de fazer sentido. Não se pode saber se ela comparece, enquanto tal, como dado originário anterior à reflexão, mas pode-se derivar deste conteúdo reflexivo, deste saber que se sabe, e tentar reconduzi-lo às condições de sua emergência como saber ainda sem conteúdo sabido.

Para isso, usa-se o termo **sensível-intelectual** que designa uma estrutura ou dimensão da experiência na qual não há separação originária entre o sensível e o intelectual, mas participação constitutiva entre modos de determinação, seja no âmbito dos sentidos, das afecções, da razão, da intuição ou da criatividade. Assim, o "dado" sensível não pode ser assumido como material bruto a ser posteriormente submetido a uma síntese intelectual. Trata-se de uma unidade dinamicamente mediada e modulável: a apreensão sensível já é legível e compatível estruturalmente com a inteligibilidade, e a intelecção só se efetiva como modulação do campo da experiência legível. A ilegibilidade, o não senso ou o ininteligível são modos de julgar posteriormente um conteúdo que em diferentes regimes de apreensão já passou por formas legíveis.

Não se exige que *sensar*, *sentir* e *pensar* sejam desde o início erigidos em estatuto de verdade. Ao se interrogarem as condições das próprias observações, essas modalidades reaparecem como ancoragem mínima explicativa, tanto na linguagem quanto na percepção do fenômeno. O filósofo, o cientista, o espiritualista e o *bon vivant* movem-se no interior de fenômenos tornados legíveis por explicações que, direta ou indiretamente, reconduzem ao que se nomeia como sensível, afetivo e pensante — ainda que seus campos procurem explicá-los, reduzi-los, suspendê-los ou superá-los.

Os limites desta tríade variam culturalmente e são densamente carregados por tradições de inferência. A simples utilização como base de inquérito tende a sugerir universalidades ontológicas ou formas de psicologização, como se se pretendesse definir o que são ou para que servem. Aqui se exige um deslocamento por suspensão de sua saturação conceitual, de forma a apreender as funções mínimas de sentido que nelas se pretendem estabilizar estruturalmente.

Essa mesma saturação, que por um lado repele, atrai por outro, já que confere estabilidade suficiente para que uma fenomenologia se apoie provisoriamente nelas sem necessidade de introdução detalhada. A estrutura desenvolvida adiante parte da constatação de que toda observação já envolve algum sentido organizado, que tanto lhe confere legibilidade quanto participa da formação de novas relações. O conhecimento emerge de experiência efetiva, na qual a dimensão semântica resulta de uma compatibilidade estrutural mais fundamental entre a experiência e a sua dizibilidade. Como na linguagem ou na música, em que se reconhece uma organização

ainda não conceitual, mas estruturalmente legível, a inteligibilidade não se constitui primariamente no plano da representação do sentido, mas em um nível anterior a essa formalidade, que organiza o domínio sensível-intelectual como totalidade legível em um campo de sentido que o ser coabita.

A fim de investigar as condições sob as quais o sensível-intelectual emerge como conteúdo pensável, propõe-se uma descrição impessoal, bastante recorrente, da tríade *sensar–sentir–pensar*, na qual é possível reconhecer a si e aquilo que pode ser dito acerca da percepção e de seus modos de apreensão. Reforça-se que não se pretende determinar *o que* sejam tais modalidades em seu conteúdo, mas explicitar *como* o conjunto estrutura três condições formais mínimas de explicabilidade.

Há, inicialmente, consciência do que se faz e possibilidade de reflexão sobre o acontecido. Manifestam-se também pensamentos deliberados que se alternam com momentos suspensos, ditos contemplativos, em que se procura acompanhar o fluxo da experiência. Ora a atenção volta-se ao sensar; ora à apreensão desse sensar enquanto sentir; ora à reflexão sobre os acontecimentos que comparecem à consciência. Não há ordenação linear, hierárquica ou previamente determinável, mas há uma direcionalidade que depende de como se dá atenção. Sensar, sentir e pensar mostram-se como horizontes não rigidamente separados, e a formulação mental, linguística conceitual ou intuitiva abstrata, concentrada nas diferenças ou semelhanças, a suspensão dessa atividade tensionada e o próprio senso de se ter consciência de tudo isso apresentam-se como nuances de uma mesma unidade de sentido.

Muitos outros aspectos poderiam ser distinguidos conforme a dedicação do sujeito que se sentir disponível para explorar o exercício, mas para este trabalho basta notar cinco momentos que permitem descrever um evento perceptivo sem se recorrer a determinações particulares: *um todo enquanto horizonte do possível, o sensar enquanto recorte, o sentir enquanto sensação, o sentir enquanto reflexividade afetiva e o pensar enquanto ato reflexivo*. São eles:

(*a*) Há um campo de **possibilidades indeterminadas**: nem tudo se oferece à percepção; nem tudo o que é percebido se torna sabido; nem tudo o que é sabido adquire sentido articulado. Desde o início, tem-se um **recorte efetivo no interior** do que poderia tornar-se conhecido. Esta noção de que as possibilidades excedem o que foi atualizado não é dada, mas é intelectualmente intuída.

(*b*) Há um recorte no *sensar*: um mundo dito sensível que se faz presente aos sentidos e cuja **orientação** pode variar segundo a direção da atenção. Há sensar do mundo, de si, de sensações, de afecções e mesmo de pensamentos, na medida em que estes emergem como conteúdos de experiência.

(c) O sensar se dá como multiplicidade de *sensações*: nem todas as sensações assumem conteúdos conscientes. A multiplicidade é primariamente qualitativa como **modulação interna** ou tonalidade sensível.

(d) Há momentos de *reflexividade afetiva*: os conteúdos tornados conscientes são "avaliados" segundo tonalidades de afinidade — por **distensão** receptiva ou **tensão** repulsiva —, o que confere uma ordem de sentido reflexivo. Quando comparadas às tonalidades sensíveis, geralmente ditas sensações "físicas" como modos já dados do fenômeno, as de afinidade podem também ser atribuídas, implicando níveis de individuação de acordo com a origem intencional ou não da qualificação não conceitual.

(e) Estes modos de apreensão por "gosto" e "desgosto" podem ainda ser requalificados em diferentes tonalidades por *pensamento*: as modulações de qualidades são rearticuladas a fim de adquirir maior legibilidade, explicabilidade ou intencionalidade sobre o fenômeno. Em primeira análise, os horizontes do sensar e do pensar têm maiores diferenças, pois um se apresenta como dado e o outro como dado abstraído; já o sentir mostra-se como intermediador entre ambos, no papel de qualidade dada, determinante de qualidades e ainda sujeito às determinações dos horizontes, reduzindo a distância entre eles.

Ainda que os papéis conceituais de cada termo da tríade possam variar, toda pretensão de fixação decorre de uma categorização mínima que distingue posições estruturais no interior do conceito. A identificação de funções recorrentes das frações sem perda de referência às outras e ao todo auxilia a legibilidade e constitui condições estruturais para o surgimento da explicabilidade que deposita certas características sobre um conceito ou outros. Para que o todo funcione de forma harmonizada, fazendo sentido, tais determinações precisam coimplicar-se ao limitar as ideias umas às outras a fim de manter o fenômeno dentro do recorte que articulam.

Algumas determinações introduzem tensões não resolvidas naquele conceito, enquanto outras as resolvem; certas definem condições ou possibilidades, outras as efetivam. A modulação da consciência e da percepção é acompanhada da legibilidade que emerge como fenômeno em vivência da qual a explicabilidade se torna uma forma de representação que pretende fixar as tensões internas do sentido segundo as possibilidades do pensável e do dizível.

Se o entendimento emerge à medida que a experiência se torna regulada e alcança um estado de maior clareza quando esta se torna linguisticamente explicativa, indicando convergência provisória para algo conclusivo, as relações envolvidas pertencem a um contexto cuja organização pode ser direcionada pela atenção a alcançar

momentos de estabilidade provisória e satisfatória. Essa direcionalidade não pode ser algo abstrato, mas deve ser compartilhada entre o fenômeno já legível de alguma forma e a inteligibilidade dessa legibilidade. O discernimento destas três posições estruturais fundamentais na percepção auxilia essa observação:

(*a*) Há possibilidades que se atualizam como eventos **determinados** no campo da experiência — um *o que é* ou um *quem é* enquanto conteúdo já mediado e situado por individuação;

(*b*) Há uma forma segundo a qual tais conteúdos são **mediados** — um *como*, um *quanto*, um *onde*, um *quando* — que designa a maneira de sua articulação, grau, inscrição e ordenação;

(*c*) Há a **atualização** desses conteúdos por requalificação, ou seja, como conteúdo já mediado pelo modo de sua determinação.

Essas três posições constituem funções que tornam possível o inquérito ou questionamento teleológico ou explicativo do *por quê* e do *para que*. Tal questionamento pressupõe a distinção estrutural entre conteúdo assumido, modo de sua determinação e conteúdo atualizado como sabido, posições tomadas como lacunas a serem preenchidas pela regulação do conteúdo. Essa regulação segue três modos de determinação: um estado anterior, um corrente e um posterior, todos determinativos do conteúdo onde a direcionalidade concerne à relação entre esses modos.

O caso do *sensar–sentir–pensar* exemplifica exatamente a relação dinâmica entre estas três posições no inquérito, pois a sua legibilidade depende de condições usualmente estabelecidas de dizibilidade — falada, escrita, gesticulada ou ouvida —, campo exemplar de expressão e direcionalidade. Esse campo, assim dito *vetorial* do sentido, não se restringe às categorias linguísticas, mas atravessa o fenômeno, o campo perceptivo e a intelectualização, manifestando-se como modulação sensível-intelectual.

Visto linguisticamente, o *sensar* relaciona-se ao *o que é* ou *quem é* enquanto presença assumida; o *sentir*, ao *como* da determinação — intensidade, modulação, localização, tonalidade —; o *pensar*, ao conteúdo do *sensar* já mediado pelo modo do *sentir*.

Por trás do conteúdo novo que cada termo parece adicionar, há o condicionamento segundo limitações e direções impostas pelo fazer sentido que empilha camadas interpretativas. O fazer sentido transforma e reinscreve o fenômeno em uma construção, cuja estrutura de assertividade é condição de legibilidade e sua vetorização é condição de explicabilidade e, portanto, coincide com uma estrutura verbal assertiva.

A pretensão de reduzir todo o campo de possibilidades ao atual requer determina-

ções que restringem a variabilidade do que pode comparecer como conteúdo, mas a suspensão dessas determinações reabre o horizonte à indeterminação e inviabiliza a fixação definitiva, comprometendo formalismos que pretendem exaurir o fenômeno por explicabilidade. Em ambos os casos, a estrutura mínima de *conteúdo*, *determinação*, *manifestação* e *atualização* permanece; varia o regime segundo o qual essas posições de legibilidade são relacionadas pela asserção linguística.

A inteligibilidade não se acrescenta à experiência como algo que o sujeito faz para então aderir ao mundo como produto de um processo, mas constitui o próprio modo pelo qual a experiência se torna determinável e apreensível segundo condições de legibilidade compartilhada. O sentido se localiza na experiência efetiva do ser em sua articulação no campo do vivido, de modo que o fazer sentido é a integralidade em que **determinação** e **manifestação** se condicionam mutuamente: aquilo que se manifesta já o faz sob condições legíveis de aparecimento, e aquilo que é determinado só o é na medida em que pode manifestar-se legivelmente. Reduzir um ao outro acarreta a indiferenciação entre esses modos de apreensão que ocorrem assimetricamente entre a estrutura de legibilidade e o seu condicionamento por direcionalidade inferida.

Sistemas de explicabilidade — dos ontológicos aos técnico-funcionais —, cada um a seu modo, delimitam as possibilidades de articulação da estrutura como se objetivassem um fechamento explicativo, uma invariância, um termo conceitual ou uma teoria final. Na prática, isso só pode ser alcançado através de um modelo de recorte do real, mas jamais em termos fenomenológicos justamente pela assimetria entre aquilo que se determina e o que se manifesta conforme a variabilidade da mediação da percepção, do pensável e do dizível.

Rev. 2 — 4 de novembro de 2026.